

Governo reduz custo de exportações a partir de outubro

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Miguel Jorge; o secretário de Comércio Exterior do MDIC, Welber Barral; a secretária-executiva da Câmara de Comércio Exterior (Camex), Lytha Spíndola, e a secretária da Receita Federal do Brasil, Lina Vieira, anunciaram ontem (18) o início das atividades do Drawback Verde-Amarelo. O instrumento entrará em vigor a partir de 1º/10, quando exportadores brasileiros poderão pedir a suspensão de tributos federais – Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) – para a compra de insumos nacionais destinados à produção de bens exportáveis.

O Drawback Verde-Amarelo foi instituído pela Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), lançada em maio deste ano, e será um dos mecanismos utilizados para se alcançar a meta estabelecida pela PDP, de colocar o País entre os 20 maiores exportadores mundiais. Hoje, o Brasil é responsável por 1,17% das exportações mundiais e pretende chegar a 1,25% do total exportado, até 2010.

O novo regime contribui para a redução dos custos de produção e para o incremento da competitividade dos produtos brasileiros em mercados estrangeiros, pois permitirá que os insumos adquiridos no mercado interno e empregados na produção de bens exportáveis desfrutem do mesmo tratamento tributário já concedido aos insumos importados, atualmente beneficiados com o regime do Drawback Importação.

Nova modalidade - Até hoje, o sistema de drawback em vigor permitia a suspensão, isenção ou restituição de impostos federais - como o Imposto de Importação (II), o IPI, PIS e Cofins – apenas para a compra de insumos importados utilizados na fabricação de produtos brasileiros destinados ao mercado internacional. O governo prevê que a equiparação de tratamento tributário estimulará a aquisição de insumos nacionais e contribuirá diretamente com a redução nos custos de produção e, conseqüentemente, o aumento das exportações brasileiras. (Fonte: MDIC)

Gecex aprova 99 novos ex-tarifários

O Diário Oficial da União publicou, na última quarta-feira (17/09), as resoluções da Câmara de Comércio Exterior (Camex) 57 e 58, que concedem 99 novos ex-tarifários, sendo 97 bens de capital (BK) – dos quais 93 simples e 4 sistemas integrados – e dois bens de informática e telecomunicações (BIT). Com isso, esses produtos poderão ser importados com alíquota do Imposto de Importação de 2% até 31 de dezembro de 2008. Os novos ex-tarifários foram concedidos durante reunião do Comitê Executivo de Gestão (Gecex) da Camex, realizada dia 16/09, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Os novos ex-tarifários concedidos pelo Gecex envolvem investimentos globais de US\$ 302,9 bilhões e US\$ 142,9 bilhões em importações. Em relação aos valores de importação, os principais setores beneficiados foram naval (17,18%), médico-hospitalar (16,66%) e siderúrgico (14,81%). Sobre os investimentos globais, os setores mais beneficiados foram construção civil (US\$ 45,1 milhões), autopeças (US\$ 39,1 milhões) e naval (US\$31,3 milhões).

Alguns dos projetos que serão beneficiados pela concessão desses ex-tarifários foram a ampliação do terminal portuário de Santa Catarina e o aumento da capacidade de produção de diversos setores como o de fármacos, de carbóxi-metil-celulose, de autopeças, de transformadores elétricos e de autoclaves.

Ex-tarifários - O regime de Ex-tarifário é um mecanismo de estímulo aos investimentos produtivos no Brasil, por meio de redução dos custos de aquisição no exterior de bens de capital, informática e telecomunicação, desde que não haja produção nacional. O regime consiste na redução temporária para 2% do imposto de importação (II) desses bens.

A Camex é o órgão do governo Federal responsável por conceder os ex-tarifários, após análise técnica dos órgãos competentes. Atualmente, estão em vigor 2.845 ex-tarifários simples e 166 sistemas integrados. (Fonte: MDIC)